

Cuiabá reforça intenção de só reabrir escolas em outubro

Gilberto Leite



Após o Ministério Público Estadual (MPMT) ingressar com uma Ação Civil Pública requerendo, em liminar, o retorno das atividades educacionais presenciais híbridas na rede pública de ensino de Cuiabá, a Prefeitura de Cuiabá informou que o retorno no município está previsto para o dia 4 de outubro, após a imunização com duas doses dos profissionais da educação. Segundo o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), trata-se de uma garantia à saúde dos estudantes e profissionais da área educacional. A prefeitura garante que as atividades pedagógicas estão sendo desenvolvidas de forma remota, com a utilização de estratégias de ensino a distância (EAD), disponibilizada aos estudantes por meio físico e também em diferentes plataformas

PÁG. 5

Russi cobra qualificação para famílias mais pobres

O presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), defende a criação de um programa de qualificação profissional, voltado especialmente para as famílias assistidas em projetos sociais, como forma de acelerar a recuperação econômica. Max afirmou ainda que qualificação e alfabetização são as melhores formas de garantir oportunidades para que essas famílias deixem a linha de pobreza e ascendam na pirâmide social

PÁG. 3

Levantamento mostra a produção de cada deputado; veja o ranking

Cerca de oito em cada dez brasileiros não lembra em quem votou nas eleições passadas. É o que apontam pesquisas realizadas frequentemente pelos mais variados institutos, que há anos trazem resultados sempre neste patamar, com leves variações para mais ou para menos. O esquecimento é maior para os cargos no Legislativo, disputados por uma legião de candidatos. E se os brasileiros não lembram em quem votaram, será que acompanham a produtividade dos políticos que elegeram? Foi pensando nessa questão que o Estadão Mato Grosso fez um levantamento sobre a produtividade de todos os 27 parlamentares que passaram pela Assembleia Legislativa nos últimos dois anos e meio

PÁG. 4

Preço do gás pode cair até 40%

Mato Grosso pode deixar de ser um mero consumidor para se tornar envasador de gás de cozinha. A possibilidade ainda está no campo das discussões dentro da MT Gás, mas alimenta a expectativa de um futuro com gás até 40% mais barato. Vendido em média a R\$ 112,28, o botijão de 13kg em MT é o mais caro do país, conforme dados da ANP. Caso esta redução ocorresse hoje, o preço do gás de cozinha no estado poderia chegar a R\$ 67,30

PÁG. 6

Orçamento de MT é o que mais cresce no país

Em debate na Assembleia Legislativa, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022 prevê que Mato Grosso terá o maior crescimento orçamentário entre os estados brasileiros. Essa é a perspectiva citada pelo deputado estadual Wilson Santos (PSDB), que elogiou os avanços na política fiscal, mas criticou a falta de participação da população na hora de traçar as políticas públicas. "É uma decepção total a participação quase zero da sociedade na construção do Orçamento, que é o seu dinheiro investido em obras e serviços públicos". As projeções apontam para um aumento de quase 10% nas receitas do Estado quando comparado a 2021, totalizando R\$ 24 bilhões em arrecadação

PÁG. 4

Energia solar cresce 43% em Cuiabá

PxHere



Cuiabá se destaca no ritmo de expansão de energias renováveis no Brasil. Em janeiro deste ano, a capital mato-grossense já se destacava como a cidade com maior potência instalada no sistema de geração distribuída. Na época, eram 53 megawatts (MW), cerca de 1,2% do total nacional. Seis meses depois, a energia solar gerada em Cuiabá atingiu 76,1 MW, o que representa 1,3% da potência instalada no país. Com esse resultado, a geração de energia solar fotovoltaica em Cuiabá consolidou um crescimento de 43,5% no 1º semestre de 2021. A expansão do setor é o resultado do aumento do custo da energia

PÁG. 7

Nova variante do coronavírus é detectada em paciente de MT

A variante gama do coronavírus, 'nascida' em Manaus e antes conhecida pelo nome P1, evoluiu para uma versão que pode ser ainda mais transmissível. Segundo cientistas do Genov, um dos maiores projetos de vigilância genômica da América Latina, ela já está circulando em Mato Grosso e outros seis estados brasileiros. A mutação foi batizada de 'gama-plus' e traz uma alteração semelhante à variante delta, que foi detectada pela primeira vez na Índia e tem causado preocupação em todo o mundo, devido ao seu alto poder de contágio. Além de MT, há casos em Goiás, Tocantins, Ceará, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro

PÁG. 6

EDITORIAL

Arrocho inflacionário

Com a inflação descontrolada e ameaçando romper todos os limites para fechar o ano acima de 7%, o Banco Central tem se desdobrado para colocar a política monetária de volta nos trilhos. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, prometeu não poupar munição para esta batalha, fazendo tudo o que for preciso para manter a inflação dentro da meta estabelecida pela instituição.

A tendência é de um novo aperto na política monetária, sem eufemismos, prosseguindo com a estratégia de aumen-

to na taxa básica de juros em ritmo mais acelerado. O jogo duro começou já na semana passada, quando a Selic teve alta de 1%, acima dos 0,75% que estavam ocorrendo antes e que já eram considerados descomunais. Em conversa com empresários, Campos Neto revelou que esse posicionamento mais incisivo do BC tem gerado resultados positivos sobre as inflações de longo prazo.

Apesar disso, admitiu que a situação fiscal do país é o principal fator que joga contra o equilíbrio econômico, deixando o Brasil suscetível a qual-

quer 'brisa' que vem do mercado externo. Admitiu também que a perspectiva é de piora fiscal, o que aumenta a pressão para que o governo apresente respostas claras e contundentes, que acalmem os ânimos dos agentes econômicos.

A preocupação tem motivo. Basta ver a evolução da inflação ao longo dos últimos doze meses, chegando a 8,99% no final de julho, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Somente no mês passado houve alta de 0,96%, a maior para o mês de julho desde 2002, quando a variação foi de 1,19%. As expectativas para 2021 têm se deteriorado continuamente. Enquanto o BC fala em uma

alta máxima de 6,88% ao final do ano, outros agentes financeiros já projetam uma inflação de 7,3%. Mesmo a análise mais otimista do BC já está além do limite de tolerância estabelecido para a inflação deste ano, que era de 5,25%.

Cada vez mais difícil de prever, o avanço dos preços neste ano ainda deve sofrer novas pressões nos próximos meses, sobretudo com o efeito das secas. A crise hídrica, atrelada a outros fenômenos climáticos anormais, tende a pressionar ainda mais o preço dos alimentos e da energia até o final do ano. Até aqui, estes foram os principais fatores que levaram à alta do IPCA, junto com o preço dos combustíveis.

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888



Como sempre, quem está sofrendo amargamente com o descontrole econômico é o trabalhador de baixa renda, que já teve seu orçamento reduzido pelas perdas da pandemia e batalha para encaixar o pão de cada dia nos trocados que lhe sobram. É para eles que o BC e o Ministério da Economia devem dar resposta urgente.

Desenvolvimento sobre trilhos

Lourenbergue Alves (*)

Há muitas décadas a ampliação da malha ferroviária de Mato Grosso é uma pauta frequente na política de Mato Grosso. O sonho da ferrovia, muito falado, recebeu nas últimas semanas um passo significativo para se tornar realidade.

Em uma iniciativa pioneira e histórica, lançamos o edital para a construção da 1ª Ferrovia Estadual de Mato Grosso, que vai interligar a capital Cuiabá a Rondonópolis, bem como Rondonópolis com Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, que são importantes polos de produção, além de se conectar com a malha ferroviária nacional.

O ganho em competitividade que a ferrovia vai trazer não se resume ao agronegócio. Ela é, principalmente, a ferrovia do desenvolvimento e do emprego. De acordo com o levantamento feito pelo Governo do Estado, com base na metodologia do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), a previsão é que a construção da ferrovia gere um total de 235 mil empregos,

entre diretos, indiretos, temporários e os gerados pelo efeito-renda, por conta do desenvolvimento econômico que a obra vai trazer.

Essa também é a ferrovia da indústria e do comércio, pois vai ligar por uma via de mão dupla Mato Grosso com os principais mercados consumidores do país.

Por ela, poderão ser transportados produtos como etanol de milho, carne, açúcar, fertilizantes, combustíveis, algodão, frango congelado, carne bovina, bebidas, produtos de limpeza, móveis, óleo de soja, milho de pipoca, entre muitos outros. É com uma opção mais barata de transporte, uma vez que o frete ferroviário barateou mais de 35% nos últimos cinco anos.

Além disso, a ferrovia estadual vai levar Mato Grosso para o lugar de destaque que o estado merece no agronegócio, pois somos o maior produtor nacional de soja, de milho, de algodão e de etanol de milho, bem como das commodities agrícolas em geral. E é preciso que nossa logística esteja à altura de nossa potencialidade.

Temos feito grande esforço para alavancar esse gargalo na malha rodoviária, com mais de 825 km de asfalto novo já entregues, bem como mais de 850 km de estradas restauradas e milhares de pontes de pequeno, médio e grande porte em processo de construção. A previsão é de entrega de 2500 km de asfalto novo até o final de 2022.

De igual maneira, desde o início da gestão, em 2019, temos articulado – com apoio da base na Assembleia Legislativa e na bancada federal – para avançar na expansão da malha ferroviária, de forma a ampliar as alternativas de escoamento da produção de Mato Grosso, cuja estimativa é de chegar, em 2030, a 120 milhões de toneladas de grãos por ano.

Mesmo sem a logística adequada, Mato Grosso conseguiu se transformar em um dos maiores players mundiais do agronegócio. Com a chegada da ferrovia, sem dúvidas o estado vai despontar ainda mais!

A ferrovia estadual terá 700 km de extensão, que serão construídos pela empresa

que vencer o edital. Definimos o modelo privado de exploração, pois nesse formato o Estado faz a chamada pública e as empresas se habilitam a participar de seleção para fazer os investimentos, por sua conta e risco. É um modelo que não onera o Estado e é atrativo para a iniciativa privada, ou seja, todos saem ganhando.

Somente na construção do modal, a empresa vencedora deve aplicar cerca de R\$ 12 bilhões.

A ferrovia é um projeto de médio prazo e deve ser finalizada em 2028. Mas seus efeitos positivos serão sentidos desde já, com a atração de investimentos, geração de empregos, crescimento da economia, qualificação, desenvolvimento dos municípios e mais qualidade de vida aos mato-grossenses.

MAURO MENDES é governador do Estado de Mato Grosso.



Violência doméstica

Márcia Pinheiro (*)

A Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta o fim da violência doméstica como um dos objetivos mais importantes do século e mesmo diante de toda luta, conquista e os avanços nos direitos da mulher e da igualdade de gênero é preciso entender as causas e saber o que de fato é preciso fazer para acabar com esse mau assola a nossa sociedade.

A violência sistêmica contra a mulher é consequência de desigualdades históricas que foram construídas por meio de manifestações extremas, as quais transitam nos campos social, político, cultural e econômico da absoluta maioria das sociedades e culturas.

A ausência desse entendimento sobre as desigualdades, e a forma como elas se relacionam aos papéis associados ao gênero masculino e feminino, é o que leva à negação de direitos e diferentes níveis de

tolerância social à violência, gerando assim, mais violência.

Os comportamentos sociais estabelecidos pela sociedade brasileira entre homens e mulheres cria e perpetua espaço para que a violência aconteça à medida que alguém não se encaixe nos padrões impostos tornando essas diferenças em desigualdades, principalmente quanto a discriminação da condição feminina.

É preciso entender essas desigualdades para construirmos, a partir desse entendimento, ações e políticas que buscam reverter esse quadro discriminatório que impõe agressões contra as nossas mulheres e meninas.

É necessário nos debruçarmos sobre as causas enraizadas na cultura dessa violência, diferente da forma como temos agido, concentrados na causa e consequência. A Lei Maria da Penha, que completa 15 anos, foi um ponto de partida para moldar todas as formas de combate à violência contra mulher que conhecemos.

E mesmo com seus avanços históricos ainda precisamos instigar o debate sobre as culturas de violências no designo de forçar uma brusca mudança no comportamento e mentalidade desses padrões machistas instalados em nossa sociedade.

Se faz necessário o desprendimento dos papéis da masculinidade e feminidade presentes em nosso processo educacional desde que nascemos, porque elas colidem diretamente nas mudanças dos padrões sociais e, portanto, geram impactos negativos.

Essa abolição ao pensamento machista, da supervulgarização das masculinidades e das formas como as desigualdades de gêneros se reproduzem, deve ser debate nos lares, nas escolas, nas faculdades e em todos os níveis da vida, porque o fim da violência doméstica está, exclusivamente, ligado às ações que assegurem o protagonismo feminino por meio de políticas públicas de educação, autonomia econômica, financeira e outras.

É preciso garantir a autonomia econômica das nossas mulheres, ou até mesmo aos pontos mais simples como a equidade no trabalho doméstico familiar. Por que não? É necessário estimular mudanças significativas na sociedade, em todas dimensões, para pensarmos mais nas medidas de prevenção e não nas remediáveis.

O fim da violência doméstica, devemos pensar sempre pelo fim, passa pela reinicialização dos papéis estabelecidos por homens e mulheres, os quais devem ser reescritos sob uma linha tênue do ponto de vista existencial que venha a inibir desigualdades em todas as instâncias, por que ela, a desigualdade, é munição de todas as formas de violências.

MÁRCIA PINHEIRO, primeira-dama de Cuiabá, empresária e pós-graduada em Gestão Pública.



Regularização fundiária

Caiubi Kuhn (*)

Um dos grandes desafios do Brasil, que ainda está longe de ser superado, é a regularização fundiária, seja ela urbana ou rural. Ambos os casos precisam ser resolvidos com urgência e deveriam ser uma prioridade de qualquer governo. Porém, na área rural a ausência de documentação da terra está relacionada a inúmeros outros desafios do país, como o acesso a crédito, a certificação de produtos sustentáveis, o monitoramento ambiental, a disputa de terra entre proprietários e a grilagem de áreas públicas.

Muitas áreas do país, em especial na Amazônia Legal, ainda possuem sérios

problemas de documentação de terras, seja devido à ausência do documento, ou seja, por conflitos relacionados a sobreposição de áreas entre propriedades. Não é raro em alguns estados do país existirem milhares de propriedades sem documentação. Ou mesmo em outros casos existirem diferenças entre a área documentada e o tamanho da propriedade.

Considero a legislação ambiental do Brasil muito boa, uma das mais avançadas do mundo, que estabelece áreas mínimas de preservação por biomas e exige a existência de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) próximas a cursos de água. Porém, sem existir o registro das

propriedades, como saber se a lei está sendo cumprida?

A falta de documentação de terra no Brasil é um entrave para realização de uma boa gestão ambiental, uma vez que dificulta identificar ou mesmo punir infratores de crimes ao meio ambiente. Algumas iniciativas realizadas nas últimas décadas, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), conseguiram melhorar o acompanhamento da gestão ambiental das propriedades, mesmo naquelas que não são devidamente documentadas. Porém, o problema ainda está longe de ser resolvido.

A falta de documentação também dificulta o acesso a crédito para os proprietários das áreas, além de impossibilitar a certificação de produtos sustentáveis, que em muitos mercados possuem um valor agregado maior. Ou seja, devido à falta de documento, além de ter um custo de produção maior, os produtores ainda são jogados na informalidade ou para mercados onde o valor do produto é menor.

Os consumidores cada vez mais querem produtos sustentáveis, e os processos de certificação de origem são fundamentais para assegurar esse tipo informação. O Brasil perde mercado, dinheiro, e ainda favorece a ilegalidade e uso não sustentável dos recursos naturais ao não corrigir esse grave problema, que é a falta de documentação das propriedades rurais.

Existem inúmeras ferramentas que surgiram com os avanços tecnológicos, que podem ser utilizadas para realizar a rápida regularização de áreas onde não se tem conflito e que sigam determinados critérios, estabelecidos a luz da legislação em vigor para evitar grilagem. É fundamental uma estruturação dos órgãos públicos

responsáveis por esse trabalho, ou até mesmo a criação de uma força tarefa técnica temporária, para romper com o moroso processo de regularização fundiária existente atualmente. Precisamos de soluções rápidas. Esse é melhor caminho para garantir a preservação do meio ambiente e para criar um cenário favorável ao desenvolvimento sustentável e a criação de empregos verdes.

Mas por que isso não acontece? Acreditado que por vários motivos. Um deles é um pensamento fora da realidade de alguns setores da sociedade, que se esquecem que em muitas regiões rurais do país estão milhões de pessoas que também precisam ter acesso aos serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento econômico e social. Outro motivo é que no Brasil a falta de regularização beneficia quem quer agir na ilegalidade, e sim, temos grupos de pessoas com forte influência política a quem interessa que esse problema não seja resolvido, pois mudaria o atual cenário propício a grilagem, desmatamento e outros crimes.

Mas nós brasileiros, que pensamos no próximo, que defendemos a importância de um desenvolvimento sustentável e que acreditamos que a oportunidade deve ser para todos, devemos sim defender que governos estaduais e o governo federal criem com urgência uma estrutura legal e de pessoal, capaz de resolver esse entrave nos próximos 5 anos, ou, pelo menos, reduzir esse problema de forma significativa.

*CAIUBI KUHN é professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT)



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

FOCO NO SOCIAL

Presidente da Assembleia defende programa de qualificação profissional para ajudar a criar oportunidades e acelerar a recuperação econômica

'Mão do Estado deve estar próxima'

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou, Pediu, Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), defende a criação de um programa de qualificação profissional, voltado especialmente para as famílias assistidas em projetos sociais, como forma de acelerar a recuperação econômica de Mato Grosso após a crise trazida pela pandemia de covid-19.

Max afirmou ainda que qualificação e alfabetização são as melhores formas de garantir oportunidades para que essas famílias deixem a linha de pobreza e ascendam na pirâmide social.

Max diz que tem uma facilidade em trabalhar

com causas sociais e que é conhecido como o deputado do social, por causa do trabalho que desenvolveu à frente da Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social (Setas), quando criou o maior projeto de promoção social do estado, o Pró-Família, colaborando para que mais de 22 mil famílias saíssem da miséria.

"Tenho defendido bastante que nós temos que trabalhar a qualificação da mão de obra, trabalhar a qualificação dessas pessoas para que possamos realmente tirá-las da situação que se encontram. Em um momento de pandemia, no momento difícil de desemprego, é um momento que a mão do Estado precisa estar próxima. Então, faço uma cobrança legislativa muito forte neste sentido", explicou.

Diante do forte crescimento da economia mato-grossense, Max avalia que o Estado tem condição de garantir uma renda melhor para

a sua população, trabalhando para inseri-las no novo modelo econômico que é almejado, com industrialização e agregação de valores. Segundo ele, essa tem sido a tônica do debate feito entre a Assembleia e o governo estadual, com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

"Enquanto gestor da Casa, procuramos fazer economia e devolver dinheiro, como foi no Desenvolve MT também, que foram R\$ 10 milhões da Casa para que pudessem emprestar dinheiro ao pequeno e micro empresário, ao comerciante, garantindo até juros zero. Isso, sem sombra de dúvidas, acaba impactando no social. O fundo de aval solidário de R\$ 100 milhões ajuda os pequenos comerciantes e contribui com a economia solidária. Com isso, acaba gerando emprego, renda e oportunidades para todos. Precisamos continuar fazendo essa discussão e esse trabalho em Mato Grosso", concluiu.



Russi afirma que MT deve aproveitar o rápido crescimento econômico para corrigir as desigualdades sociais

REELEIÇÃO EM 2022**Botelho é sondado para ser vice na chapa de Mauro****Da redação**

Os deputados estaduais poderão indicar um nome para ser vice-governador na chapa que será encabeçada por Mauro Mendes (DEM), que deve concorrer à reeleição em 2022. O nome do deputado estadual Eduardo Botelho (DEM) chegou a ser cotado para ocupar cargo, revelou o parlamentar na manhã da última terça-feira (10).

Em conversa com jornalistas, Botelho explicou que, em uma

recente reunião com o governador, foi colocada a possibilidade de os deputados indicarem o nome do futuro candidato a vice, caso o atual vice-governador Otaviano Pivetta (sem partido) desista de concorrer ao pleito no ano que vem.

"Essa foi uma conversa que nós tivemos com o Mauro e vários deputados, de que, caso o Pivetta não seja candidato ou esteja fora da disputa, isso passaria pela Assembleia. Claro que teremos vários no-

mes e, entre os nomes, o meu nome também seria colocado, o nome de Max Russi (PSB), de Janaina Riva (MDB) e de outros deputados, como o Dilmir Dal Bosco (DEM). E aí nós discutimos dentro do grupo, para a gente definir um vice", explicou.

Botelho revelou que o governador concordou com a proposta dos deputados, mas afirmou que só irá discutir a sua candidatura e a escolha do vice para compor a sua chapa no ano que vem.

REDE DE MENTIRAS**MP quer investigação contra José Medeiros por 'fakes'****Da redação**

O Ministério Público Estadual (MPMT) pediu à Procuradoria-Geral da República (PGR) uma investigação contra o deputado federal José Medeiros (Podemos) por deturpar um parecer do órgão ministerial para espalhar mentiras contra a urna eletrônica por meio das redes sociais. Em nota emitida na quinta-feira (12), o MP aponta que Medeiros distorceu uma manifestação da instituição em procedimento investigatório sobre a eleição da Associação Beneficente de Saúde dos Militares de Mato Grosso (Hospital Militar), com o objetivo de confundir a opinião pública.

Seguidor e fã do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), o deputado federal sempre tenta emplacar junto à sociedade as ideias defendidas pelo presidente. Assim aconteceu com a pauta do voto impresso, que foi rejeitada pela Câmara dos Deputados.

Segundo o Ministério Público, com o objetivo de questionar a segurança das urnas eletrônicas, Medeiros distorceu um parecer do órgão que apontava para a suposta manipulação de um boletim de urna na eleição do Hospital Militar. O MP ressaltou que não houve qualquer suspeita de problemas na urna eletrônica, mas sim na manipulação de um comprovante impresso para auditoria do resultado.

"De acordo com os autos (Nº 1000130-29.2021.811.0042), que se encontram em segredo de justiça e que a pedido do MP foram declinados da Justiça Militar para a Justiça Comum, foram feitas denúncias de que boletins de urna falsos teriam sido produzidos com o objetivo de fraudar o resultado da eleição da entidade, NÃO TENDO SIDO LEVANTADA QUALQUER SUSPEITA DE PROBLEMAS NO REGULAR FUNCIONAMENTO DA URNA ELETRÔNICA CEDIDA PELA

JUSTIÇA ELEITORAL E UTILIZADA NO REFERIDO PLEITO", diz a nota.

O MP acrescenta que os documentos foram utilizados pelo deputado bolsonarista de forma criminosa, pois ele teria tentado convencer a população de que o parecer ministerial era relativo a uma eleição parlamentar, quando, em verdade, se tratava do pleito de uma entidade associativa.

Diante disso, o Ministério Público pediu à PGR e à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados que investiguem a atuação do deputado e prosigam com a devida responsabilização criminal.

IRONIA - O parecer do MP aponta a possível fraude em um boletim que é impresso pela urna eletrônica para auditoria da votação. Curiosamente, o deputado usou esse documento para defender a impressão de um comprovante de voto, justamente o que pode ter sido fraudado na eleição do Hospital Militar.

NOVELA SEM FIM**Assembleia se volta à previdência dos militares****Da redação**

O debate sobre a Previdência Estadual não terminou com a sanção da Lei Complementar nº 700, na terça-feira (10). Em conversa com jornalistas, o presidente da Assembleia, Max Russi (PSB), afirmou que ainda há uma questão pendente: a alíquota aplicada a policiais militares.

A redução da alíquota dos militares para 10,5% já estava sendo

debatida em meio aos projetos do governo no Conselho do MTPrev, mas acabou ficando fora do texto aprovado pela Assembleia nas últimas semanas. Por isso, os deputados devem voltar a negociar com o governo nos próximos dias com o objetivo de encaminhar esse projeto.

Essa articulação deve ser encabeçada pelo deputado Eduardo Botelho (DEM), que lidera a comissão especial da Previdência, e pelo depu-

tado Elizeu Nascimento (PSL), que era policial militar na Rotam e apresenta essa categoria no parlamento. Ainda não há previsão de quando o assunto será resolvido e o presidente da Assembleia admite que isso pode levar até alguns meses.

"O que falta na questão da previdência ainda, que a gente não conseguiu finalizar, é a questão dos militares. Então a gente vai avançar nessa pauta ainda,

vai haver um trabalho junto ao governador. Já foi uma tratativa que nós fizemos e acho que a gente pode resolver nos próximos meses", explicou Max.

Apesar de ainda ter um assunto pendente, Max comemorou a sanção do projeto pelo governador e minimizou o veto ao trecho que trata das pensões por morte. Segundo ele, esse ponto não estava previsto no acordo firmado com o governo

e, por isso, a tendência é que o veto seja mantido.

A Assembleia tentou 'aliviar' as condições para transferência de aposentadoria ao cônjuge, permitindo que a união estável fosse comprovada por escritura pública ou decisão judicial. Contudo, o governador optou por manter o rigor da lei federal nº 8.213, que obriga a produção de documentos que comprovem a união estável

por, no mínimo, dois anos antes da morte do contribuinte.

"Aquilo foi incluído no projeto, mas o compromisso da Assembleia com o governo não era naquele artigo. Então, quando houve o veto foi comunicado à Assembleia e à comissão de forma bastante tranquila. É lógico que o parlamento é independente, mas a tendência é de manutenção desse veto quando chegar na Casa", concluiu.

SEGUE O LÍDER

Peça debatida pela Assembleia aponta expectativa de que a receita do Estado passe de R\$ 24 bilhões em 2022, crescendo quase 10%

Orçamento: MT é o que mais cresce

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

O deputado estadual Wilson Santos (PSDB) ressaltou na manhã desta segunda-feira (9) que Mato Grosso deverá ter um orçamento de quase 7% a mais do que em 2021. Ele também criticou a população por não participar da audiência pública para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que ocorreu nesta manhã, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Wilson ressaltou que o orçamento é uma peça de ficção e que geralmente se altera, seja por causa da pandemia, de uma crise energética ou até mesmo um fracasso no agronegócio. Ainda assim ressaltou os nú-

meros positivos apresentados na projeção do governo. Para 2022, a expectativa é que a receita do Estado passe de R\$ 24 bilhões.

“Então é uma expectativa, e a previsão é que o orçamento de 2022, seja 6,8% maior que o de 2021, quase 7%, que é um crescimento superior a qualquer estado do Brasil. Isso demonstra através do orçamento que Mato Grosso vem crescendo economicamente”, explicou Wilson.

A LDO é umas das peças orçamentárias, que tem como objetivo apontar as prioridades do governo e fixar metas de investimento para o próximo ano. Elas servem de base para a Lei Orçamentária Anual (LOA). A LDO de 2022 prevê um aumento de 8,35% no repasse obrigatório feito aos Poderes, o duodécimo. Também prevê o reajuste dos salários dos servidores públicos, considerando uma inflação de 5,05%.

O tucano cobrou uma maior participação da



Wilson destaca que Orçamento de Mato Grosso para 2022 deve ter o maior crescimento entre os estados brasileiros

população nas discussões públicas sobre o gasto do dinheiro pública. Na audiência, que aconteceu com membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Wilson diz que a ausência de representantes da sociedade é

resultado da falta de informação e de investimentos de órgãos públicos na informação, para provocar o cidadão a comparecer no debate.

O parlamentar destacou ainda que é neste momento que é possível fazer discussões

para alteração do Plano Plurianual (PPA), LDO e também a Lei Orçamentária Anual (LOA), instrumentos que servem de guia para as políticas públicas que serão colocadas em prática.

“Primeira audiência pública e a sociedade

não participa. Não sei se a sociedade está devidamente informada, mas é uma decepção total a participação quase zero da sociedade na construção do Orçamento, que é o seu dinheiro investido em obras e serviços públicos”, criticou Wilson.

Para finalizar, Wilson detalhou que terá mais uma audiência pública e que até o dia 30 de setembro deve chegar a LOA. Após isso, os deputados estaduais têm até o dia 15 de dezembro para votarem o orçamento do ano que vem.

CÔMO PARTICIPAR - É possível acompanhar o debate do Orçamento através da Rádio Assembleia (89,5 FM), página da Assembleia no Facebook ou pelo site www.al.mt.gov.br, além do canal 30.1, a TVAL.

A população pode contribuir com sugestões para áreas de saúde, educação, segurança pública e infraestrutura, por meio do endereço eletrônico: participacaopopularldo2021@al.mt.gov.br.

CADA UM NA SUA

Embates são naturais, avalia presidente da Assembleia

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Max Russi (PSB), afirmou que o Parlamento Estadual continuará agindo com independência e, por isso, os embates com o governo do Estado são necessários para melhorar os projetos de lei que afetam a população mato-grossense.

Um exemplo citado por ele é o ‘último’ dado no governador

Mauro Mendes (DEM) para resolver o impasse sobre a taxação dos servidores aposentados e pensionistas, que acabou sendo resolvido por iniciativa da Assembleia. Diante de situações como esta, Max explicou que a AL não é ‘puxadinho’ do Poder Executivo e tem apresentado um trabalho positivo, justamente por conta das discussões acaloradas na Casa de Leis.

“A gente tem que trabalhar em harmonia,

pensando nos projetos importantes para Mato Grosso, mas se você pensar em alguns embates e ações que aconteceram, isso não acontecia. Derubadas de vetos, vários projetos propostos com início na Assembleia. O parlamento é isso: tem que fazer a discussão forte junto com o Poder Executivo. Acho que a convivência entre Assembleia e governo é boa, apesar da independência, e Mato Grosso tem avançado muito. Os projetos

de leis que tiveram melhoras e alterações na Assembleia foram positivos”, disse, em entrevista à Rádio Conti.

Como resultado das ações que receberam mudanças e aval dos deputados, Max exemplificou o crescimento econômico do Estado, a execução de 2.500 km de asfalto nas rodovias estaduais até o final do ano, o lançamento de quatro hospitais regionais, o hospital de Alta Floresta e Confresa, a

construção de escolas e abertura de vagas no sistema prisional.

Na área social, o presidente ressaltou que os deputados têm aprovado a implementação de aportes financeiros do parlamento para investimentos no estado. Apesar da atuação, Russi disse que a crítica sempre é maior em cima dos deputados e de quem legisla, mas sempre que o governo tem um problema ou a população precisa de algo, é no parla-

mento que acontecem as discussões.

“O Parlamento tem se colocado e sido a casa do povo mato-grossense de verdade, e a gente tem recebido todas as demandas, porque acaba represando tudo dentro do Parlamento. Temos que ter um Parlamento forte e atuante, e nossos deputados têm trabalhado bastante e têm procurado dar uma contribuição importante a todos os mato-grossenses”, concluiu.

WILSON LIDERA

Veja o ranking de produtividade do Legislativo

Da redação

Cerca de oito em cada dez brasileiros não lembra em quem votou nas eleições passadas. É o que apontam pesquisas realizadas frequentemente pelos mais variados institutos, que há anos trazem resultados sempre neste patamar, com leves variações para mais ou para menos. O esquecimento é maior para os cargos no Legislativo, disputados por uma legião de candidatos, do que nos cargos do Poder Executivo, mas ainda assim é frequente.

E se os brasileiros não lembram em quem votaram, será que acompanham a produtividade dos políticos que elegeram? Foi pensando nessa questão que o Estadão Mato Grosso fez um levantamento sobre a produtividade de todos os 27 parlamentares que passaram pela Assembleia Legislativa nos últimos dois anos e meio.

Para esse levantamento, usamos apenas os projetos de lei (PL), lei complementar (PLC) e emenda constitucional (PEC), principal objetivo do trabalho legislativo. Logo, trata-se de uma análise quantitativa. Antes de prosseguir, é importante destacar que o trabalho de um deputado também inclui articulações junto ao governo e outros órgãos, além da fiscalização das ações do Poder Executivo.

No ranking de produção legislativa, o deputado estadual Wil-

son Santos (PSDB) lidera, com 531 proposições. O tucano apresentou 513 PLs, 12 PLCs e 6 PECs, o equivalente ao trabalho feito pelos 13 deputados que estão na parte inferior da tabela.

O segundo colocado do ranking é o deputado estadual Valdir Barranco (PT), que somou 313 proposições. São 310 PLs, 1 PLC e 2 PECs.

Em terceiro lugar aparece o deputado Silvío Fávero, falecido no dia 13 de março deste ano. Durante o tempo em que esteve no Legislativo, Fávero realizou 198 proposições. Foram 187 PLs, 7 PLCs e 4 PECs.

MENOR PRODUTIVIDADE - Na outra ponta da tabela, está o deputado Allan Kardec (PDT), que somou apenas 16 proposições nos últimos dois anos e meio. No caso de Kardec, é importante destacar que ele foi secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel) até julho de 2020. Desde então, ele apresentou 15 PLs e 1 PLC.

Em seguida aparece Carlos Avallone (PSDB), que somou 17 proposições. Foram 16 PLs e 1 PLC.

O terceiro lugar neste quesito é do deputado Gilberto Cattani (PSL), que assumiu o mandato em março deste ano, ocupando o lugar deixado por Silvío Fávero. Nos poucos meses em que esteve no Legislativo, Cattani somou 19 proposições. Foram 17 PLs e 2 PLCs.

Deputado	Projetos de Lei (PLs)			Projetos de Lei Complementar (PLCs)			Projetos de Emenda à Constituição (PECs)			Total
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	
1 Wilson Santos (PSDB)	243	136	134	6	4	2	1	3	2	531
2 Valdir Barranco (PT)	103	147	60	0	1	0	2	0	0	313
3 Silvío Fávero (in memoriam)	77	93	17	1	6	0	4	0	0	198
4 Poder Executivo	48	59	39	17	17	10	0	3	0	193
5 Dr. João (MDB)	75	51	19	5	1	2	2	1	0	156
6 Paulo Araújo (PP)	72	50	20	6	0	0	3	2	0	153
7 Dr. Gimenez (PV)	50	62	32	0	1	0	0	0	0	145
8 Thiago Silva (MDB)	46	66	15	2	3	0	0	0	0	132
9 Sebastião Rezende (PSC)	67	29	28	0	0	0	1	0	0	125
10 Max Russi (PSB)	44	22	32	7	5	0	0	0	2	112
11 Elizeu Nascimento (PSL)	23	43	25	7	5	5	2	0	0	110
12 Eduardo Botelho (DEM)	52	59	45	0	1	0	2	2	1	108
13 Janaina Riva (MDB)	48	19	16	0	0	0	2	0	1	85
14 Dr. Eugênio (PSB)	12	43	24	0	0	0	0	0	0	79
15 Xuxu Dal Molin (PSC)	25	15	27	1	0	4	1	1	1	75
16 Guilherme Maluf	73	x	x	0	x	x	0	x	x	73
17 Dilmar Dal Bosco (DEM)	37	13	13	7	0	0	0	0	1	71
18 João Batista (Pros)	23	28	13	0	2	1	1	2	0	70
19 Delegado Claudinei (PSL)	18	16	10	4	7	3	1	2	0	57
20 Faissal Calil (PV)	24	16	3	2	0	1	1	0	0	47
21 Romoaldo Júnior (MDB)	26	14	1	1	0	0	1	0	0	43
22 Ludio Cabral (PT)	17	2	6	5	4	0	2	0	0	36
23 Ulysses Moraes (PSL)	12	9	5	3	1	0	0	0	2	32
24 Valmir Moretto (Republicanos)	12	9	4	0	0	0	0	0	0	25
25 Nininho (PSD)	12	3	6	1	0	0	0	0	2	22
26 Gilberto Cattani (PSL)	x	x	17	x	x	2	x	x	0	19
27 Carlos Avallone (PSDB)	2	8	6	0	1	0	0	0	0	17
28 Prof. Allan Kardec (PDT)	0	1	14	0	1	0	0	0	0	16

FALTA DE RESPEITO

Trabalhadores que atuam na campanha “Vacina Cuiabá”, relataram que estão sofrendo humilhação e agressão verbal na hora da vacinação

Profissionais são desrespeitados

Gilberto Leite



Problemas de pessoas humilhando e agredindo verbalmente profissionais da saúde têm sido recorrentes

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

**Da redação**

As vacinas contra a covid-19 trouxeram de volta a esperança de dias melhores, livres da ameaça representada pelo coronavírus. Dias como antigamente, quando era possível sair nas ruas sem máscaras, abraçar e beijar pessoas queridas, além de se reunir com familiares e amigos. Só que essa esperança parece não ser suficiente para superar a politização da pandemia e a ignorância tem ganhado espaço.

Profissionais da saúde que estão trabalhando na campanha “Vacina Cuiabá”, relataram que estão sofrendo humilhação e agressão verbal a hora da vacinação. Os motivos são os mais variados: pessoas que não aceitam receber a vacina que está disponível para aplicação no dia, cidadãos que acham que não foram vacinados e pessoas que vão aos polos sem a documentação necessária.

Vera Lucia Ferreira, coordenadora de acolhimento e registro do Polo Senai, localizado no bairro do Porto, em Cuiabá, conta que desde que as pessoas estão querendo escolher a vacina que irão tomar. E se o imunizante é a Coronavac, alvo de várias campanhas de desinformação na internet, as agressões e xingamentos são mais frequentes.

“Tem sido recorrente. As pessoas se exaltam quando descobrem a vacina que vão tomar: se é a da Pfizer, corre tudo bem, é uma maravilha, mas se não é... No dia que estou vacinando com a Coronavac, as pessoas ficam muito revoltadas e nós não entendemos o porquê. A Coronavac é uma excelente vacina, os últimos estudos dela foram excelentes. Todos os trabalhadores que estão trabalhando na campanha de vacinação tomaram ela. Não tem motivo para tanta revolta e rejeição”, desabafou.

“O Sesi Papa é um dos locais onde mais as pessoas chegam nervosas, principalmente quando tem bastante gente na fila para ser vacinada. A coordenadora de lá precisou fazer boletim de ocorrência algumas vezes para se resguardar”, completou.

Uma enfermeira, que preferiu não se identificar, passou por situações desagradáveis duas vezes seguidas e contou que chegou a chorar diante da humilhação a que foi submetida. Ela contou um pouco do que tem passado nos últimos dias.

“Apliquei uma vacina em uma pessoa e ela saiu reclamando que iria fazer uma denúncia na Ouvidoria porque ela não sentiu dor e nem saiu sangue. Logo em seguida, apliquei a vacina em outra pessoa, que disse que ia fazer uma reclamação também na Ouvidoria porque sentiu dor”, contou.

Vera recordou o caso de uma mulher que reclamou muito quando soube que receberia uma vacina de uma marca diferente da que suas amigas receberam e passou

a resistir à vacinação. Após reclamar muito na tentativa de trocar a marca da vacina, foi embora do polo.

“Nem todas as pessoas vão responder bem a nenhum tipo de vacina. O fato de você tomar uma vacina e re- alizar um exame e ele

não ter dado o esperado, não significa que você não esteja imune, até porque a vacina é para fazer um reconhecimento no teu corpo, para que quando você tiver contato com o vírus, o corpo já tenha uma resposta para ele. Portanto, o exame não

é a forma mais eficaz de saber se você é imune ao vírus”, explicou.

Outra situação foi registrada no polo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) na última semana. “Solicitamos o QR Code para o rapaz, mas ele não tinha. Explicamos, com a

maior educação, sobre a necessidade, mas ele continuou insistindo. No final, passou a nos agredir verbalmente. É humilhante, ainda mais sabendo que a pessoa está errada”, conta Wellington Leite, coordenador do polo de vacinação da UFMT.

“Não consigo entender essas pessoas”

Por sorte, a falta de respeito não é uma regra. Enquanto aguardava na fila de vacinação, o vendedor Jefferson Marques Costa, 36, elogiou o trabalho realizado no polo de vacinação. Ele conta que foi bem atendido por todos e não vê motivos para tanta reclamação. “Fui muito bem atendido. Tudo muito rápido e as meninas foram muito simpáticas”.

A auxiliar contábil Eliana da Silva Ribeiro, 37, reforça a fala de

Jefferson. “Fui muito bem atendida aqui no polo, desde o momento em que cheguei até agora, no repouso pós-vacina. Não consigo entender essas pessoas que destratam e maltratam as outras. Demoramos tanto para estar aqui e quando chegamos ficamos querendo escolher vacina. Não tem motivo para falta de respeito com o próximo”, disse.

Vera pede que a população tenha ciência de

que é preciso ter respeito com os mais de 300 trabalhadores que estão na luta para imunizar a população cuiabana, muitos deles trabalhando em condições extenuantes.

“Nós pedimos, encarecidamente, que as pessoas entendam que estamos aqui para trabalhar, para imunizar toda a população. Entendemos que muita gente chega ansiosa para ser vacinada, mas nós precisamos seguir os trâmites para

conseguirmos ter uma organização. Nós trabalhadores da vacinação também somos cidadãos iguais aos outros, também temos família e ficamos cansados, como qualquer pessoa”, finalizou.

PENALIDADE - O desacato a funcionário público no exercício da função ou em razão dela é crime previsto no artigo 331 do Código Penal, com detenção de seis meses a dois anos, ou multa.

RETORNO 'AOS TRANCOS'

Plano de contingência é adotado após casos de covid em 12 escolas

Gabriel Soares

Reabertas há cerca de uma semana, 10 escolas públicas estaduais e dois centros de educação infantil registraram casos de covid-19 entre professores e alunos e tiveram que adotar os protocolos de contingência. A informação foi confirmada pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e pela Prefeitura de Várzea Grande na noite de quarta-feira (11).

Segundo a Seduc, nas escolas onde foram registrados casos suspeitos de covid-19 foi seguido o protocolo estabelecido, que prevê o isolamento das ‘bolhas de relacionamento’ em que ocorreram infecção. Servidores que foram diagnosticados com o vírus são substituídos, para evitar prejuízos aos alunos.

No protocolo da Seduc, cada turma é uma bolha de relacionamento e só deve conviver com membros do mesmo grupo, uma estra-

tégia que busca evitar a disseminação do vírus.

Em nota, a Seduc destacou que muitos dos servidores e estudantes estavam em férias e, devido ao pouco desde o retorno presencial, não é possível dizer que a infecção ocorreu na escola, já que a primeira

aula aconteceu na última quarta-feira, 4 de agosto.

“A maioria dos cerca de 393 mil alunos da rede estadual voltaram às aulas na segunda-feira (9/8), quando começou o revezamento da turma”, diz a nota.

Já a Prefeitura de Várzea Grande informou que

se tratam de casos ainda não confirmados em servidores. “Imediatamente foram colocados em isolamento e buscou-se os exames necessários, bem como a sanitização dos ambientes e o retorno às atividades após o fato”, informou, por meio de nota.

Gilberto Leite/ Ilustração



A Seduc alega que a infecção não ocorreu nas escolas, já que servidores e estudantes estavam de férias antes do retorno

CONFIRA A LISTA:

REDE ESTADUAL

- EE Jaime Veríssimo de Campos Junior - Jaiminho - VÁRZEA GRANDE
- EE Prof.ª Marlene Marques de Barros - VÁRZEA GRANDE
- EE Souza Bandeira - CUIABÁ
- EE Prof. Heliodoro Capistrano da Silva - CUIABÁ
- EE Estevão Alves Correia - CUIABÁ
- EE Marechal Candido Rondon - POCONÉ
- EE Maria Helena de Araujo Bastos - POCONÉ
- EE Prof. Maria Sebastiana de Souza - PRIMAVERA DO LESTE
- EE Irany Jaime Farina - GUARANTÁ DO NORTE
- EE Dep. João Evaristo Curvo - JAURU

REDE MUNICIPAL

- CMEI Albella Costa de Moraes - Parque Del Rey
- CMEI Wilson Sodré Farias - Cohab Cabo Michel



Atas, Editais, Extravios, Balanços, Convocações, Regulamentos e Avisos de licitações

65-99228-9990

DISPARADA DE PREÇOS

Os consumidores de Mato Grosso, que já estão acostumados a pagar mais caro pelo botijão, sentiram o menor reajuste de preços em todo o país

Botijão de gás sobe 18% em um ano

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888



Da redação

De Norte a Sul do país, os brasileiros acompanham perplexos a disparada de preços do gás de cozinha. Nos últimos 12 meses, o botijão de 13kg acumulou alta de 33,2% na média nacional. Isso fez com que os preços ultrapassassem a barreira dos dois dígitos, com registros de preços acima dos R\$ 100 no 1º semestre deste ano. A alta é generalizada e assusta a população, mas apresenta um impacto menor entre os mato-grossenses, que já pagavam o botijão mais caro do país há mais de um ano.

Em 12 meses, o GLP de 13 kg comercializado no estado sofreu alta de 18%, a menor do país. Porém, quem mora em Mato Grosso está acostumado a pagar mais caro e assistir o estado revezar, com os demais,

a 1º ou 2ª colocação do gás mais caro do Brasil.

Na primeira semana de agosto, a liderança ficou garantida ao registrar o maior preço: o vasilhame de 13kg está sendo vendido a R\$ 112,28, segundo levantamento feito pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP).

No período analisado, a diferença entre o primeiro e o último do ranking estadual ficou em R\$ 28,31, tendo o Rio de Janeiro o menor preço. Já o preço médio nas vendas apresentou alta na última semana em todo o país, fechando em R\$ 93,22.

A composição do preço do GLP 13kg engloba, basicamente, quatro custos. Conforme coleta realizada pela Petrobrás entre os dias 25 e 31 de julho, o preço do gás de cozinha foi composto por 48,5% das refinarias e cerca de 14,5% entre encargos federais e estaduais. A margem bruta dos distribuidores e das vendas somaram 37,1%.

Desses componentes, o valor praticado pelos distribuidores e vendas são os com maiores variações entre os estados. No caso especí-

fico da revenda, Mato Grosso é o estado com a cobrança mais cara: R\$ 36,91 em junho, quando o botijão era comercializado a R\$ 109. O valor praticado pelas revendas mato-grossenses destoa da média do brasileira (R\$ 21,42), ficando 42% acima. No levantamento de junho, a menor margem de preço entre as revendedoras ocorreu no Amazonas (R\$ 5,52), onde o GLP 13kg era comercializado a R\$ 93,25.

O custo logístico é usado como uma das justificativas para preços tão altos em Mato Grosso. O produto é envasado em outros estados e vem para o estado em caminhões, cujo frete varia e também depende do preço do diesel - outro combustível caro, que tem pressionado a inflação no país.



O custo logístico é uma das justificativas para preços tão altos em Mato Grosso

O JEITO É ECONOMIZAR

Com o gás mais caro, os brasileiros estão economizando o consumo do produto. Dados da ANP mostram que no mês de junho de 2021, o volume de vendas do GLP (até P13) apresentou redução de 2,39% em relação a

junho de 2020. Segundo a agência, as vendas totais passaram de 876,1 mil m³ em junho do ano passado para 855,2 mil m³ no mesmo período de 2021.

Esse foi o terceiro maior volume de vendas para meses de junho da série

histórica, segmentada por tipos de vasilhame, iniciada em 2010.

As vendas totais do 1º semestre de 2021, do GLP até 13kg, foram de 4,8 milhões de m³, uma queda de 3,37% em relação às vendas do mesmo período do ano

de 2020 (5,0 milhões de m³).

Na comparação anual, todas as regiões tiveram queda no consumo: Nordeste (-4,95%), Centro-Oeste (-3,91%), Sul (-2,18%), Norte (-1,83%) e Sudeste (-0,31%).

LUZ NO FIM DO TÚNEL

Sonho de pagar R\$ 67 no gás pode virar realidade

Da redação

Mato Grosso pode deixar de ser um mero consumidor para se tornar envasador de gás de cozinha. A possibilidade ainda está no campo das discussões, mas alimentada a expectativa de um futuro com gás até 40% mais barato.

Vendido em média a R\$ 112,28, o GLP/13kg do estado é o mais caro do país, conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP). Caso esta redução ocor-

resse hoje, o preço do gás de cozinha no estado poderia chegar a R\$ 67,30.

"Possibilidade existe e a empresa MT Gás seria distribuidora, mas hoje não temos contrato de fornecimento de gás de cozinha com a estatal do governo boliviano. Este assunto está em pauta e é estudado pelo governo, que busca formas e condições para baratear o gás de cozinha, principalmente para a população mais vulnerável", afirmou César Miranda, secretário Estadual de

Desenvolvimento Econômico (Sedec).

Atualmente, Mato Grosso possui um contrato firme de fornecimento de gás natural junto à estatal petrolífera boliviana. O acordo, fechado recentemente, abastece indústrias e postos de combustíveis que comercializam gás veicular. O gás de cozinha, o GLP, não faz parte desse contrato, mas tornou-se a próxima ambição do governo estadual.

As tratativas entre o governo do Estado, a Companhia Mato-Gros-

sense de Gás (MT Gás) e a própria ANP estão em andamento e caminham devagar.

"É uma ideia em construção e vai ser feita no processo de desenvolver essa cadeia com muita parcimônia e ponderação para fazer uma entrega a sociedade com responsabilidade", ressalta César.

O secretário também garante que a empresa MT Gás está preparada para assumir a tarefa de distribuição do GLP, assim como já faz com o gás natural.

"Ela também pode fazer chamamento público para que outra empresa assuma essa função. Ter concorrência é sempre positivo, pois quanto maior ela for, melhor o custo para quem adquirir no gás de cozinha", sugere.

Caso os planos do governo saiam do papel, a previsão é que uma série de margens de custos sejam reduzidas. Quanto a isso, o secretário apontou que as empresas ativas no mercado enfrentam suas dificuldades.

"Existem empresa que fornecem gás em todo Brasil e tem o custo delas, além de terem investimentos vultuosos. Porém, isso não significa que nós não possamos, também, trabalhar políticas públicas para baratear o custo do gás de cozinha. Temos que ter uma produção nacional de gás, porque dependemos hoje do gás da Bolívia e isso é commodity, que fica à mercê das oscilações do mercado internacional, do dólar, que encarece ainda mais o gás de cozinha".

GAMA-PLUS

Variante 'turbinada' do corona é encontrada em MT

Gabriel Soares

A variante gama do coronavírus, 'nascida' em Manaus e antes conhecida pelo nome P1, evoluiu para uma versão que pode ser ainda mais transmissível. Segundo cientistas do Genov, um dos maiores projetos de vigilância genômica da América Latina, ela já está circulando em Mato Grosso e outros seis estados brasileiros.

A mutação foi batizada de 'gama-plus' e traz uma alteração semelhante à variante delta, que foi detectada pela primeira vez na Índia e tem causado preocupação em todo o mundo, devido ao seu alto poder de contágio. Conforme reportagem do Uol, a mutação ocorre na enzima furina, que aumenta a capacidade do vírus de infectar as células e fazer

cópias de si mesmo dentro do corpo humano.

Os cientistas detectaram a variante gama-plus ao analisar 502 amostras colhidas em maio, de pacientes diagnosticados com covid-19. Os achados foram feitos em amostras colhidas em Mato Grosso (1 caso), Goiás (5), Tocantins (2), Ceará (1), Santa Catarina (1), Paraná (1) e Rio de Janeiro (1).

Em entrevista ao Uol, o virologista José Eduardo Levi, que lidera a área de desenvolvimento e pesquisa da Dasa, explicou que já existem várias alterações da variante gama circulando pelo Brasil. "Mas são chamadas gama-plus apenas aquelas que têm algo a mais no sentido de aumentar o seu perigo".

O perigo da nova variante é aumentado justamente por causa da

mutação na enzima de furina. Para entender melhor, é preciso relembrar alguns conceitos. Até agora, a preocupação dos cientistas se voltava às mutações na chamada 'proteína spike', uma espécie de 'chave' que o coronavírus usa para se ligar às células humanas. As primeiras variantes de preocupação traziam mudanças na proteína spike, que permitiam uma ligação melhor.

Acontece que para o vírus infectar, essa 'chave' da proteína spike precisa ser quebrada em duas, S1 e S2. É justamente esse o trabalho da enzima de furina: facilitar a clivagem, ou quebra, da proteína spike. A nova mutação acelera esse processo.

Levi explica que as mutações ocorrem normalmente, como parte do processo evolutivo de

todos os coronavírus e tendem a acontecer mais rapidamente quando há mais infecções ocorrendo simultaneamente. Quer dizer: cada novo caso registrado de covid-19 traz uma nova chance de que o vírus evolua. A história nos mostra que isso faz sentido. Basta ver que a variante gama surgiu em Manaus, região do mundo que tinha o maior número de casos de covid-19 por um tempo. E a variante delta surgiu depois na Índia, que também passou por um surto descontrolado da doença.

Um novo estudo sobre a prevalência da gama-plus deve ser publicado até o final do mês, trazendo dados sobre amostras colhidas em junho. "Aí saberemos o quanto a gama-plus ganhou espaço e o quanto ela pode ser perigosa", concluiu Levi. *Com informações do Uol



A mutação foi batizada de 'gama-plus' e traz uma alteração semelhante à variante delta

FUTURO SUSTENTÁVEL

Capacidade instalada em Cuiabá cresce significativamente no primeiro semestre e já representa 1,3% do total gerado no Brasil

Energia solar cresce mais de 40%

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA**
Unimed
Cuiabá**Da redação**

A geração de energia solar fotovoltaica em Cuiabá aumentou 43,5% no 1º semestre de 2021. O crescimento do setor é o resultado do aumento do custo da energia elétrica, que subiu ainda mais após o início da crise hídrica. A capital assumiu a liderança no ranking municipal de geração distribuída, passando a ter uma contribuição de 1,3% da potência instalada nacional.

Cuiabá se destaca no ritmo de expansão de energias renováveis no Brasil. Em janeiro deste ano, a capital mato-grossense já se destacava como a cidade com maior potência instalada no sistema de geração distribuí-

da. Na época, eram 53 megawatts (MW), cerca de 1,2% do total nacional. Seis meses depois, a energia solar gerada em Cuiabá atingiu 76,1 MW, o que representa 1,3% da potência instalada no país.

Próximo aos resultados de Cuiabá está Brasília, com 73,2 MW (1,2%) do sistema. Os dados constam do boletim de mercado do Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Dentre os estados, Mato Grosso também está em destaque: é o 4º colocado na geração distribuída, com contribuição de 7,4% da geração nacional. Perde apenas para Minas Gerais (18,9%), Rio Grande do Sul (12,7%) e São Paulo (12,6%).

O modelo de geração distribuída se refere a sistemas de microgeração (até 75 kW) e minigeração (entre 75 kW e 5 MW), independente se instalado em residências, comércios, indústrias, propriedades rurais ou prédios públicos.



Capacidade de geração solar distribuída em Cuiabá já atingiu a marca de 76,1 MW

Nas a classe de consumo, o modelo GD é mais popular em residências, que representa 40,9% da potência instalada. Na sequência, estão as instalações em comércio e serviços (36,5%), nos ambientes rurais (13,1%), na indústria (8,2%) e

demais consumidores (1,5%).

Quanto à contribuição da energia solar na matriz energética brasileira, o 1º semestre de 2021 encerrou com a fotovoltaica centralizada chegando a 1,9%, injetando uma carga de 3.427 MW. Diferente da

geração distribuída, os sistemas centralizados são unidades outorgadas do mercado regulado e do mercado livre.

No início do ano, a participação desse modelo ficava atrás da produção de fontes não sustentáveis, como carvão mineral, que contribuía

com 2% da carga nacional. Porém, no encerramento desse semestre, o sistema fotovoltaico centralizado saiu de uma participação de 1,6% para 1,9%, igualando-se ao da energia produzida a partir do carvão mineral, que teve um leve recuo, passando a 1,9%.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

Investimentos devem acelerar na próxima década

Da redação

Diante da pior crise hídrica que o Brasil já enfrentou nas últimas nove décadas, outras fontes de energia renováveis e mais baratas ganham visibilidade e espaço no sistema nacional. E a tendência é que esse investimento continue crescendo nos próximos anos, segundo o Ministério de Minas e Energia.

Apesar de ser uma fonte renovável, as energias produzidas pe-

las hidrelétricas sofrem com as mudanças climáticas dos últimos anos. No encerramento de julho de 2021, os reservatórios de hidrelétricas do Sudeste e do Centro-Oeste registraram o mais baixo nível de armazenamento médio de toda a série registrada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), iniciada em 2000. Os dados foram piores que julho de 2001, período em que o país enfrentou racionamento energético e apagões.

De acordo com o Ministério, nos últimos três anos a geração de energia solar centralizada (gerada por grandes usinas) cresceu 200%. Já a solar distribuída (gerada no local de consumo ou próximo a ele) cresceu mais de 2.000%.

Nos próximos dez anos, o Ministério prevê que, só para a geração de energia solar, serão investidos mais de R\$ 100 bilhões, representando 28% de todo o investimento no setor elétrico nesse período.

“Entre os incentivos oferecidos pelo governo federal está a eliminação de impostos de importação para equipamentos de energia solar, o que tem permitido o aumento da competitividade da fonte solar no Brasil, tanto para a geração centralizada como para a geração distribuída”, diz o ministério.

A expectativa de aumento da participação de fontes energias renováveis é um dos principais pontos constatados no Estudo do Plano

Decenal de Expansão de Energia 2030, publicado em abril deste ano pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

“As energias renováveis têm um crescimento médio de 2,8% a.a. na Oferta Interna de Energia, com destaque para a energia eólica, solar, biodiesel e lixo – as chamadas ‘outras renováveis’. Também se destaca o crescimento na oferta de gás natural (14% em 2030) e a redução da participação do petróleo e seus deri-

vados na oferta interna total de energia, de 34% em 2021 para 32% em 2030”, aponta o estudo.

Ainda conforme a projeção, espera-se que o percentual de energias renováveis na matriz energética se mantenha elevado até 2030. A variação prevista é que fique em torno de 50%, sendo 49% em 2021, 50% em 2025 e 48% em 2030, em consonância com a meta dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 7) para o Brasil.

BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.

CASA DOS VIDROS

65.3642-3344
FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

REDUÇÃO DE PREÇOS

Produtor poderá vender etanol direto aos postos

Andreia Verdélio/ABR

O presidente Jair Bolsonaro assinou na quarta-feira (11), em cerimônia no Palácio do Planalto, medida provisória (MP) que autoriza a venda de etanol por produtores ou importadores diretamente aos postos de combustíveis. O ato dispensa a intermediação de empresas distribuidoras, que era obrigatória e passa a ser facultativa, incentivando novos arranjos de negócios.

A MP, que trata de aspectos regulatórios e tributários da comercialização de etanol, também flexibiliza a fidelidade à bandeira, ou seja, permite que postos que exibem determinada marca comercial revendam combustíveis de outros distribuidores. Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), o novo modelo de revenda é facultativo, e os contratos em vigor devem ser respeitados.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que o consumidor precisa ser devidamente informado sobre os diferentes produtos e serviços oferecidos pelos postos.

“Hoje, estamos avançando no aprimoramento do mercado de combustíveis e, com os

ministérios da Economia e da Agricultura, demos um passo importante em benefício do consumidor”, afirmou o ministro durante a cerimônia de assinatura da MP.

O objetivo do governo é propiciar mais eficiência logística para o setor. De acordo com o MME, a medida está alinhada aos princípios da política energética nacional e promove a abertura do mercado e o aumento da concorrência, com potencial redução dos preços dos combustíveis, trazendo benefícios importantes para o consumidor final.

Albuquerque acrescentou que o Brasil conta com mais de 120 mil agentes, entre refinarias de petróleo, usinas de etanol, produtores de biocombustíveis, importadores, distribuidores e revendedores varejistas, atuando no mercado de combustíveis. Com a efetiva abertura do setor, o governo espera, a partir de 2022, até oito novos agentes no segmento de refino de petróleo, “competindo entre si, com a Petrobras e com importadores, fornecendo produtos para distribuidores e revendedores, impactando na dinâmica de todas as etapas da comercialização”.

+ DE 140 NOVOS ÔNIBUS

**RESPEITO
CONFORTO
E DIGNIDADE
PARA NOSSA GENTE**



CUIABÁ SEGUE EM FRENTE!

Os ônibus novos chegam com ar-condicionado, câmeras de segurança, Wi-Fi grátis e espaço reservado para pessoas com deficiência.



@cuiabaprefeitura
prefeituracba
/CuiabaSecom